

Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Dezembro de 2019



2019 - RESISTÊNCIA

2020 - NENHUM DIREITO A MENOS

Apesar de você, amanhã será um novo dia

Trabalhadores e trabalhadoras com discursos de criminalização da educação, estamos às vésperas de iniciar um novo calendário em nossas vidas. Queremos aqui comemorar a união e a força coletiva nesse ano que passou. Apesar do cenário nada favorável para as nossas conquistas, com ataques aos direitos da classe trabalhadora em geral, o corte de investimentos nos setores fundamentais, como as áreas sociais (Educação, Saúde, Segurança), nós da Educação reafirmamos nosso espírito protagonista, e mantivemos a resistência.

Mais do que registrar as perdas, advindas com esses déspotas que assumiram o comando do Estado brasileiro, tanto no ente federal, estadual e, por vezes, municipal, temos que fortalecer nosso compromisso coletivo, pois juntos somos fortes.

Mesmo com as tentativas de desmonte de nossa união,

estamos às vésperas de iniciar um novo calendário em nossas vidas. Queremos aqui comemorar a união e a força coletiva nesse ano que passou. Apesar do cenário nada favorável para as nossas conquistas, com ataques aos direitos da classe trabalhadora em geral, o corte de investimentos nos setores fundamentais, como as áreas sociais (Educação, Saúde, Segurança), nós da Educação reafirmamos nosso espírito protagonista, e mantivemos a resistência.

Nosso XVII Congresso Estadual, realizado novembro em 2019, nos mostrou o que está posto para nós nessa nova ordem política mundial que traz impactos financeiros, ambientais, sociais, e tecnológicos estruturantes para a realidade da América Latina, e dentro destas o Brasil e o Mato Grosso. A plenária durante o Congresso pontuou para todos nós educadores quais as defesas e as lutas que travaremos, diante de tamanha desarticulação promovida na Educação Pública. A meta é defender três eixos básico: resistência, fortalecimento sindical, e democracia



Presidente do Sintep/MT - Valdeir Pereira

RETROSPECTIVA RESISTIMOS

Os governos Mauro Mendes e Jair Bolsonaro completam o primeiro ano de gestão, em dezembro de 2019. Ambos registraram políticas de retrocessos que afetarão significativamente a Educação Pública, levando insegurança para a população e para os trabalhadores/as que atuam no serviço público. Apesar de todos os ataques, foi um ano em que a organização dos trabalhadores da educação demonstrou resistência e se destacou com protagonismo.

O Sintep/MT lista o desmonte das conquistas e dos direitos, denunciadas ao longo de 2019 pelos profissionais da educação que repercutirão de forma mais evidente nas escolas, na sociedade a partir de 2020. "O objetivo é reagir a esses ataques para que o salto negativo não afete ainda mais a população que sofre com o descaso e desprezo dos nossos governantes", alerta Valdeir Pereira, presidente do Sintep/MT

GOVERNO ESTADUAL

Mauro Mendes inicia mandato com Pacote de Maldades

Janeiro começa com Mauro Mendes revelando para quem governa, quando implementa o “Pacote de Maldades”. A Emenda Constitucional Estadual nº 81, aprovada por parlamentares descomprometidos com os impactos que esta traria para a sociedade, congelou os investimentos na Educação, Saúde, Segurança, Assistência Social – áreas estruturantes para o bem-estar social – por um período de cinco anos. Contudo, apesar da luta dos educadores, a partir de 2020, a Educação Estadual receberá os mesmos valores repassados em 2019, independente da demanda.

Governo dá o calote nos direitos dos profissionais da educação

O governo atravessou o mês de maio, data-base da categoria, sem sinalizar o cumprimento da agenda de pagamentos da Revisão Anual de 2018, acertada ainda na gestão Taques. Tampouco a RGA de 2019. Paralelamente, ignora o cumprimento da lei nº 510/2013, a Lei da Dobra do Poder de Compras dos profissionais da educação. O congelamento agora recai sobre o piso salarial. Os/as trabalhadores/as da educação reagem e deflagram greve no mês de junho, na luta pelo cumprimento das Leis.

Medidas coercitivas são aplicadas para minar a luta por direitos

Numa atitude de déspota, o gestor estadual utiliza de práticas coercitivas para obrigar os trabalhadores a voltarem. Corta pagamento dos manifestantes, faz pressão psicológica e tenta jogar a opinião pública contra os educadores. O governador utiliza a imprensa para divulgar notas mentirosas onde superfatura os valores salariais da categoria, e responsabiliza a categoria pelos baixos índices registrados nos indicadores de aprendizagem, como Ideb e PISA.

Manobra do governo coloca sob suspeição a luta pela nomeação de concursados

A luta dos trabalhadores tinha na pauta a convocação dos aprovados no Concurso Público de 2017. No entanto, mais uma vez o governo não cumpre totalmente o tratado feito, e desconsidera a agenda de planejamento elaborada pelo próprio staf. Cerca de 300 profissionais para o cargo de Apoio Administrativos Educacionais, não foram chamados em 2019, com agenda oficial que anunciou inclusive na imprensa.



Seduc-MT fatia matrículas dos estudantes do Ensino Fundamental

As ações do governo fortalecem o desmonte das políticas educacionais. Desde agosto estabelece um processo de redimensionamento que na verdade joga para as redes municipais as matrículas das séries iniciais do Ensino Fundamental, enquanto fica com a parte mais vantajosa dessa etapa, que são os estudantes das séries finais, pois valem mais na divisão dos recursos da educação. O governo ignora o impacto educacional para os estudantes que terão os nove anos de Ensino Fundamental fragmentados entre as redes. Mas, para além desses infortúnios compromete o quadro de profissionais, com excedente de pedagogos na rede estadual e ausência de docentes com licenciatura, nas redes municipais.

Política educacional do governo de MT apoia restrição do acesso à escola pública gratuita

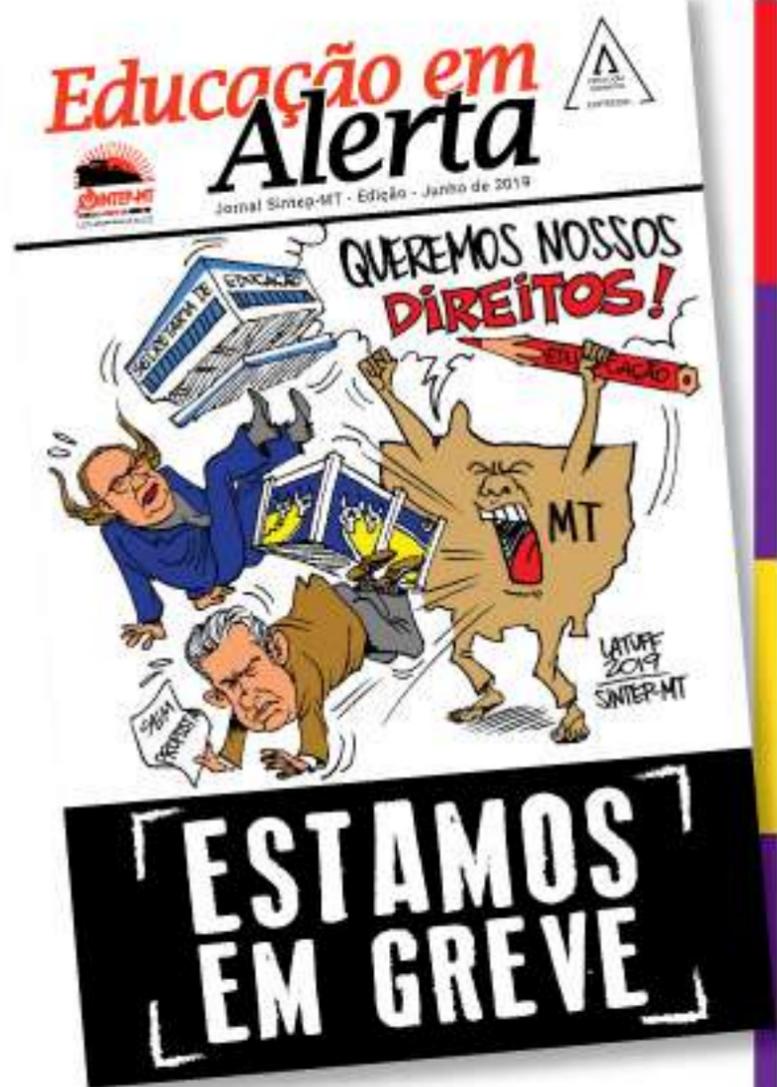
A falta de recursos para manter a educação pública gratuita sofre mais uma tentativa de assalto aos parques investimentos públicos para o setor. Um projeto iniciado pelo governo federal, ganha repercussão em Mato Grosso, apesar de sua ilegalidade: as chamadas escolas cívico militares.

O projeto que já figurava na Educação Básica do estado, com a Escola Tiradentes funcionando de forma irregular, agora é legalizado por um projeto do deputado Sílvio Fávero, aprovado na Assembleia Legislativa. Contudo, apesar de legal, é irregular diante das Constituição Federal, da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Pública, que deve ser gratuita. O Sintep/MT tem feito frente contra o uso do dinheiro de todos para um modelo de educação que atende apenas alguns. E, apesar de ameaças, como registradas no município de Vila Rica, os profissionais fazem o enfrentamento para assegurar a Escola Pública para todos os segmentos e modalidades de ensino.

Presente de Papai Noel

Para encerrar o primeiro ano da gestão, três novos ataques do governo à Educação e aos servidores públicos. O primeiro as portarias para o processo de atribuição de aulas para 2020. Elas diminuíram o quadro de pessoal nas unidades escolares

Na multiplicidade de ataques, o governador Mauro Mendes encaminhou e teve decisão favorável do Superior Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), por ser contrário ao percentual destinado para Educação Básica na Constituição de Mato Grosso. Para o governador Mauro Mendes, o valor constitucional de 35% é equivocado, já que nacionalmente a lei determina repasse de apenas 25%. E mais, a Adin defende que dentro dos 25% também devam constar o financiamento do Ensino Superior, no caso a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).



Reforma da Previdência: Parte da ALMT apoia o confisco de MM na aposentadoria

Para acabar de desmontar os serviços públicos, o governo Mauro Mendes entrega para aprovação parlamentar, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a Reforma da Previdência estadual.

Fatiada em parcelas, o primeiro lote apresentado para votação amplia a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%. E estende para todos os servidores o aumento da "cota", inclusive para os aposentados. O desconto, se aprovado, incidirá sobre os salários de todas as carreiras do executivo, que excederem a um salário mínimo. Essa medida resultará num confisco financeiro dos servidores ativos e, principalmente, dos aposentados. Num segundo lote, a Reforma aponta para fim da paridade salarial entre ativos e aposentados da educação, e o fim do regime diferenciado da aposentadoria por idade (25/30 anos de contribuição para mulheres/homens, e o direito a se aposentar aos 50 anos as mulheres, e 55 anos de idade os homens).

GOVERNO FEDERAL

As manobras pela redução de direitos da classe trabalhadora foram iniciadas no pós-golpe, durante o governo Temer e prosseguiram dentro da política econômica neoliberal do governo Bolsonaro, com o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Iniciada com a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os recursos federais para as áreas sociais, encurtou-se o cobertor do financiamento da Educação Pública.

Cortes de recursos fundamentais comprometem as políticas educacionais

Para enquadrar o corte de recursos dentro da realidade educacional do país, o governo federal reduziu o Ensino Médio com uma Reforma, que retira do currículo disciplinas fundamentais, como Sociologia e Filosofia. E coloca parte do currículo, 40%, à distância. O impacto disso será conhecido a partir de 2020, quando o quadro de profissionais nas escolas será cortado, pois parte das licenciaturas, em muitos municípios, não caberão na oferta dos itinerários formativos. A reforma do Ensino Médio precariza os contratos de trabalho, ao permitir aulas ministradas por pessoas sem especialização didática, o notório saber.

Novo Fundeb será o oxigênio para manter a Educação Pública Gratuita

Ainda mais grave é a ameaça da desvinculação financeira da Educação, com o fim do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Mobilizações de educadores de todo o país lutam para que o Congresso Nacional aprove um Novo Fundeb. Os recursos hoje são fundamentais, e responsáveis pela valorização dos profissionais, ou seja, pagamento de salários, tanto da rede estadual como das redes municipais, em todo o país.



Gestão Democrática é a autonomia da comunidade escolar

Outro enfrentamento que a categoria da educação terá pela frente será o de assegurar a Gestão Democrática nas escolas. Em Mato Grosso a política é uma realidade desde a década de 80, mesmo não sendo lei era efetivada nas escolas, com eleições democráticas para os gestores escolares. “A gestão democrática vai muito além de eleger os diretores, mas essa etapa foi fundamental para que a comunidade escolar rompesse o vínculo dos diretores biônicos nas escolas, cujo único papel era cumprir a ordem dos governantes”, relata o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

Outra recentemente decisão Federal que impacta na educação foi a do Supremo Tribunal Federal (STF) que foi favorável a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), da década de 90, até então adormecida. Ela dá como favorável para os governos, o poder de escolher os gestores das unidades escolares. A decisão acatada pelo Ministério Público Estadual de Mato Grosso foi repassada para os governos estadual e municipais. Muitos equivocadamente entenderam que deveriam suspender o processo eletivo na maioria das escolas, onde estava ocorrendo as eleições.

Reforma da Previdência e o fim da aposentadoria

Neste ano, também a sociedade civil e os servidores federais foram surpreendidos com a Reforma da Previdência, que acaba entre outros direitos, com a aposentadoria da população, fazendo com que cada um e cada uma trabalhe 40 anos para ter direitos ao salário integral.

O processo de Reforma da Previdência que ocorre em Mato Grosso, segue o mesmo desmonte de direitos da medida federal. Isso dada a correlação entre as políticas federais e estaduais. “Mato Grosso não precisaria seguir a política federal, não há essa obrigatoriedade



REDES MUNICIPAIS

Redimensionamento sim, não à polarização

Todos os cortes orçamentários federal e estadual impactam no ente de menor poder aquisitivo, que são os municípios. O congelamento dos recursos para áreas sociais, entre elas a Educação, iniciam os desmontes nas redes municipais, em especial nas políticas educacionais. O congelamento de repasse federal e a ameaça do fim do Fundeb, separam as principais fontes de renda da Educação, nos municípios.

Desmonte das Metas do PNE compromete acesso à Educação Pública Gratuita

Na maior parte das vezes, a arrecadação das prefeituras é mínima, dada a ausência de recolhimento de impostos consideráveis e estas se mantêm com aporte do governo federal para assegurar a ampliação de matrículas na Educação Infantil – seja de 0 a 3 anos, ou de 4 a 5 anos, responsabilidade dos municípios. Contudo, esse desmonte financeiro comprometeu as metas sinalizadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Corte de recursos da educação penaliza investimentos das redes municipais

O impacto do corte de verbas não ficará apenas no acesso à Educação Infantil, como determinam metas do Plano Nacional de Educação para essa etapa. Elas serão inviabilizadas pela redução dos recursos repassados para as Prefeituras. Somada à política de redimensionamento do estado, que joga para as redes municipais parte dos estudantes do Ensino Fundamental. Em breve as políticas educacionais estarão inviabilizadas, sejam elas da oferta de escolas ou mesmo a manutenção do transporte escolar, merenda e política salarial dos profissionais da educação.

Apesar da Constituição determinar que para essa etapa a divisão de matrículas entre estado e municípios deve seguir a capacidade financeira de cada ente federado, não é respeitada.

Corte de recursos da educação penaliza municípios

A falta de verba somada a sobrecarga de matrículas no Ensino Fundamental comprometerá o atendimento pedagógico e a administração das escolas. Sobrarão vagas profissionais para cargos de licenciatura, já que o redimensionamento joga para a rede municipal as turmas de 1ª a 5ª anos, além de dar margem para que os gestores terceirizem serviços nas escolas, precarizando salários.

“Resistência será a única forma de fazer o enfrentamento e manter a carreira”, conclui o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira



